

Nome: \_\_\_\_\_



**02 - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA CONTÁBIL**  
**PROVA 01**

**PROVA ESCRITA OBJETIVA**  
**CADERNO DE QUESTÕES**

**Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.**

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
  - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

**GABARITO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - Edital - 001/2022**

**02- AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA CONTÁBIL –  
PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****Questão 01**

A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

**Questão 02**

Assinale a alternativa que contenha conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

**Questão 03**

As diversas leis e a Constituição Federal de 1988 estabelecem diversos tipos de controle na estrutura da administração pública. É possível citar, como exemplo, o dispositivo da Constituição Federal que estabelece a competência do Congresso Nacional de julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo. Esse é um caso de:

- a) Controle parlamentar.
- b) Controle financeiro.
- c) Controle administrativo.
- d) Controle interno.

**Questão 04**

Determinada Secretaria de Educação de um município está sujeita, dentre outros, a um controle exercido por integrantes do aparelho do Poder Executivo, que é denominado:

- a) Controle interno.
- b) Controle externo.
- c) Controle jurisdicional.
- d) Controle Parlamentar.

**Questão 05**

O Tribunal de Contas da União tem sua sede no Distrito Federal, e é integrado por nove ministros, que serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I- Mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco de idade.
- II- Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- III- Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos orçamentários e de tecnologia.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.

**Questão 06**

Assinale a alternativa que NÃO constitui uma competência dada ao Tribunais de Contas pela Constituição Federal de 1988.

- a) Sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- b) Sustar a execução de ato, se verificada ilegalidade, após não ser atendido.
- c) Aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) Decretar a inabilitação temporária para o exercício de determinadas funções.

**Questão 07**

Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, e de acordo com os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, compete:

- a) Apreciar as contas de governo, anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, no prazo de 180 dias, contados do seu recebimento.
- b) Fiscalizar os procedimentos licitatórios, exceto os de dispensa e inexigibilidade, bem como os contratos decorrentes do Regime Diferenciado de Contratações.
- c) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara e

solicitar a esta idêntica providência na hipótese de contrato.

- d) Fiscalizar contrato, convênio, ajuste ou instrumento congêneres que envolva concessão, cessão, doação ou permissão de qualquer natureza, desde que a título oneroso, e que seja de responsabilidade do Município.

**Questão 08**

O Tribunal de Contas dos Municípios tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual, exercida de forma exclusiva e indelegável, e essa jurisdição abrange:

- a) Os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas, exceto quando sob intervenção, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Município ou de outras entidades municipais.
- b) Todos aqueles que derem causa à perda, extravio ou outras irregularidades de que resultem dano ao Erário, exceto no caso de dolo indireto comprovado.
- c) Todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização, por expressa disposição de lei, excluindo os responsáveis pelo sistema de controle interno.
- d) Os representantes do Município ou do Poder Público na Assembleia Geral das empresas estatais e sociedades de cujo capital participem, solidariamente, com os membros dos Conselhos Fiscal e de Administração, pela prática de atos de gestão ruínoza ou liberalidade, à custa das respectivas sociedades.

**Questão 09**

É considerada uma conduta vedada aos conselheiros do Tribunal de Contas:

- a) Intervir em processos de interesse próprio, de cônjuge, companheiro, de parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau.
- b) Exercer profissão liberal, consultoria, emprego público ou privado, exercer atividade comercial ou participar de sociedade comercial, inclusive como acionista ou cotista.
- c) Integrar comissão, inclusive em órgãos de controle da administração direta ou indireta, ou em concessionária de serviço público.
- d) Valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, exceto quando após seu desligamento do cargo.

**Questão 10**

Existem, na Lei Estadual nº 5.810/1994, diversas previsões de formas diferentes de provisão de cargos públicos, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas formas.

- a) Ascensão.
- b) Reversão.
- c) Recondição.
- d) Aproveitamento.

**Questão 11**

A respeito da posse, de acordo com a Lei Estadual nº 5.810/1994, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Haverá posse no caso de reintegração.
- b) O ato de posse será transcrito em livro especial, assinado pela autoridade competente e pelo servidor empossado.
- c) A posse ocorrerá no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
- d) Não é permitida a renúncia da posse.

**Questão 12**

Assinale a alternativa que está de acordo com os dispositivos da Lei Estadual nº 5.810/1994.

- a) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sempre no interesse da Administração.
- b) Reintegração é a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação, em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- c) Reversão é o reingresso do servidor na administração pública, em decorrência de decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.
- d) O servidor que não estiver no exercício do cargo concorrerá à promoção.

**Questão 13**

Refere-se ao uso da denominada Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologia da Informação, para informar e divulgar serviços ou produtos do Governo à população. Para isto, utiliza as ferramentas eletrônicas com o intuito de aproximar os

cidadãos dos órgãos governamentais. Dentre os recursos utilizados pode-se citar os sites, aplicativos para celulares e redes sociais ou telefones de serviços. O objetivo é prover informações e serviços as pessoas.

O texto acima faz referência ao conceito de:

- a) Accountability.
- b) E-gov.
- c) Welfare state.
- d) Benchmarking.

**Questão 14**

“(...) do ponto de vista sociológico, o Estado é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com poder superior de ação, mando e coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana.” (Hely Lopes Meirelles).

A respeito dos conceitos de estado, governo e administração pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concepção de administração pública, em sentido estrito, diz respeito ao conjunto de entidades, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa do Estado.
- b) O governo é o conjunto de Poderes e órgãos responsáveis pela função jurídica do Estado.
- c) O governo relaciona-se com o aparelho que o Estado possui para conseguir executar as políticas.
- d) No sentido estrito de Administração Pública, os órgãos governamentais são encarregados de direcionar as políticas públicas, assim como cabe aos órgãos administrativos executar.

**Questão 15**

Reformar o Estado é uma tarefa imensa, que ultrapassa em muito as possibilidades do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). É uma tarefa de todo o governo, em seus três níveis. Significa, também, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.

A partir do contexto acima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No plano da administração pública voltou-se, com a Constituição de 1988, aos anos 1930, ou seja, à época em que foi implantada a administração burocrática clássica no Brasil.
- b) A administração burocrática clássica foi adotada porque era uma alternativa muito superior à administração gerencial do Estado, porque era a melhor forma de reduzir, senão eliminar, o empreguismo, o nepotismo e a corrupção.
- c) A Constituição de 1988, adotou completamente as novas orientações da administração pública, tornando-se uma das constituições mais modernas no que diz respeito ao gerenciamento público.
- d) A crise monetária define-se pela perda do crédito público e pela poupança pública negativa.

#### **Questão 16**

Historicamente, a democracia foi e concebida como o governo do povo e que se baseia nos princípios da soberania popular de maneira a garantir-se equitatividade do poder do próprio povo e em prol desse. A respeito desse tema, assinale a alternativa CORRETA no que tange ao tema orçamento participativo.

- a) Contemporaneamente, o conceito de democracia é dotado de unanimidade entre os doutrinadores.
- b) A ideia de orçamento participativo não encontra guarida em nossa Constituição Federal de 1988.
- c) É imperioso afirmar que o orçamento participativo se traduz nos anseios democráticos e sociais contemplados pela Magna Carta a fim de que o orçamento público represente a vontade e os anseios do verdadeiro titular do poder, e não na vontade do Administrador.
- d) O sistema orçamentário vigente pauta-se nos princípios da democracia representativa, em que o Poder Executivo juntamente com o Judiciário elabora a peça orçamentária e elegem os serviços públicos a serem executados.

#### **Questão 17**

A Gestão para Resultados é um marco conceitual cuja função é facilitar às organizações públicas a direção efetiva e integrada de seu processo de criação de valor público, a fim de otimizá-lo, assegurando a máxima eficácia, eficiência e efetividade de desempenho, além da consecução dos objetivos de governo e a

melhoria contínua de suas instituições. A respeito desse tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Esse modelo se refere a uma estratégia na qual se definam os resultados esperados por um organismo público no que se refere à mudança social e à produção de bens e serviços.
- b) Esse modelo implica sistemas de informação que permitam monitorar a ação pública, informar à sociedade e identificar o serviço realizado, avaliando-o.
- c) Os sistemas de informação desenvolvidos favorecem a tomada de decisões dos que participam destes processos.
- d) A integração organizacional não é um desafio necessário para implementação da Gestão para Resultados.

#### **Questão 18**

A respeito das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Celebram contratos de gestão com o poder público.
- b) Deve possuir um conselho de administração.
- c) Deve possuir um conselho fiscal.
- d) São entidades da administração indireta.

#### **Questão 19**

Consoante os ditames da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETO.

- a) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
- c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- d) As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.



**Questão 20**

De acordo com o texto da Lei nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
- c) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

**Questão 21**

No que concerne ao disposto pela Lei nº 8.429/1992 acerca da ação para aplicação das sanções previstas na referida norma, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ação referida deverá ser proposta perante o foro do local de domicílio do réu.
- b) A propositura da mencionada ação não prevenirá a competência do juízo.
- c) Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento.
- d) Uma vez citados, os requeridos deverão contestar a inicial no prazo comum de 15 (quinze) dias.

**Questão 22**

Conforme os ditames de nossa Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, marque o item que traz uma ação gratuita.

- a) Mandado de segurança.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de injunção.
- d) Mandado de segurança coletivo.

**Questão 23**

À luz do disposto na Lei n. 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, marque a alternativa CORRETA.

- a) As entidades paraestatais dos Municípios terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.
- b) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que independam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- c) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita orçamentária.
- d) As alterações da situação líquida patrimonial não constituirão elementos da conta patrimonial.

**Questão 24**

Segundo a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os preceitos da referida Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União.
- b) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- c) Para fins de aplicação da mencionada Lei, considera-se entidade a unidade de atuação, ainda que não dotada de personalidade jurídica.
- d) O administrado tem direito a ter vista dos autos, mas não poderá obter cópias de documentos neles contidos.

**Questão 25**

Assinale a alternativa na qual NÃO consta um dos legitimados como interessados no processo administrativo, previstos no bojo da Lei nº 9.784/1999.

- a) Pessoas jurídicas no exercício do direito de representação.
- b) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- c) As associações legalmente constituídas quanto a quaisquer direitos de seus associados.
- d) As organizações representativas, no tocante a interesses coletivos.

**Questão 26**

De acordo com o texto constitucional pátrio em vigor, assinale a alternativa na qual consta um crime imprescritível.

- a) Prática de tortura.
- b) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) Terrorismo.
- d) Ação de grupos armados contra o Estado Democrático.

**Questão 27**

Assinale a alternativa na qual figura pena NÃO admitida em nossa vigente ordem constitucional.

- a) Banimento.
- b) Perda de bens.
- c) Interdição de direitos.
- d) Restrição da liberdade.

**Questão 28**

Considerando-se as determinações expressas de nossa Constituição Federal de 1988 acerca das finanças públicas, indique a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a) Lei ordinária poderá dispor sobre finanças públicas.
- b) Os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis conforme periodicidade estabelecida pelo órgão central de contabilidade da União.
- c) É permitido ao banco central conceder empréstimos ao Tesouro Nacional.
- d) As disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão depositadas no banco central.

**Questão 29**

Tendo em vista as disposições tributárias constantes em nossa Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.
- b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) Os Municípios instituirão, por meio de decreto, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social.
- d) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.

**Questão 30**

Consoante os ditames da Lei nº 6.830/1980 sobre a execução fiscal, assinale a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

- a) Decorrido o prazo máximo de 2 (dois) anos, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
- b) O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor, e, nesse caso, correrá o prazo de prescrição.
- c) A Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de emolumentos.
- d) Compete à Fazenda Pública baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa respectiva, em Juízo ou fora dele.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 31**

Abordagem orçamentária desenvolvida nos Estados Unidos, pela *Texas Instruments Inc.*, durante o ano de 1969. Foi adotada pelo Estado da Geórgia (governo Jimmy Carter), com vistas ao ano fiscal de 1973. É um processo orçamentário que se apoia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário. Analisa, revê e avalia todas as despesas propostas e não apenas as das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente.

O texto acima se refere à técnica orçamentária do:

- a) Orçamento de Desempenho.
- b) Orçamento Incremental.
- c) Orçamento Programa.
- d) Orçamento Base-Zero.

**Questão 32**

Essa técnica orçamentária exige a necessidade de uma maior discricionariedade do governo na alocação dos gastos, a fim de que possa atender os anseios da sociedade e requer um alto grau de mobilização social. É um processo orçamentário que contempla a população no processo decisório, por meio de lideranças ou audiências públicas. Existe, também, uma coparticipação do Executivo e Legislativo na elaboração dos orçamentos.

O texto acima se refere à técnica orçamentária do:

- a) Orçamento Participativo.
- b) Orçamento de Desempenho.
- c) Orçamento Programa.
- d) Orçamento Tradicional.

**Questão 33**

Em regra, nenhuma parcela da receita do orçamento público poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos ou determinados gastos. Trata-se de dotar o administrador público de margem de manobra para alocar os recursos de acordo com suas prioridades. Porém, existem exceções legais para essas práticas que conectam as receitas obtidas com áreas essenciais da sociedade.

Essa prática diz respeito ao:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da não-afetação das receitas.
- c) Princípio da uniformidade.
- d) Princípio da simplificação.

**Questão 34**

Uma das poucas regras fiscais constantes do texto permanente da Constituição de 1988, a regra de ouro foi, durante décadas, cumprida sem gerar maiores debates acerca de seu resultado e de seu impacto sobre as finanças públicas. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Busca-se, por meio dessa regra, simultaneamente manter um rígido controle sobre o orçamento de capital, promovendo o crescimento de déficits correntes, e fomentar a realização de investimentos, entendidos como mais favoráveis ao crescimento econômico.
- b) A ideia central da regra é vedar o endividamento público para a realização de despesas correntes, permitindo-o apenas para o financiamento de investimentos.
- c) A regra de ouro veda que, em um exercício financeiro, sejam realizadas operações de crédito em montante inferior ao total das despesas de capital, as quais incluem investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.
- d) O objetivo central da regra é manter o orçamento corrente equilibrado, uma vez que as despesas correntes podem ser custeadas por recursos oriundos de operações de crédito.

**Questão 35**

Previamente à elaboração do orçamento de cada ano, o Poder Executivo prepara e encaminha para ser discutida no Poder Legislativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Neste aspecto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento construído anualmente, visando indicar as prioridades para o exercício financeiro seguinte e, com isso, orientar a criação da LOA, com base no que foi apontado no PPA.

A Lei de Responsabilidade Fiscal incorporou ao ordenamento jurídico uma série de novas atribuições para a LDO. Assinale a alternativa que contenha uma dessas atribuições.

- a) Disposições sobre alterações na legislação tributária da União.
- b) Política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) Fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira.
- d) Estrutura e organização dos orçamentos.

**Questão 36**

O Plano Plurianual (PPA) é a expressão daquilo que os governos federal, estadual e municipal pretendem realizar ao longo da duração dos seus respectivos mandatos. A respeito desse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O PPA abrange os quatro últimos anos do período do mandato do titular do Executivo, mais o ano seguinte.
- b) O PPA deve conter anexos com a descrição da política monetária, com detalhamento dos seus objetivos e metas plurianuais, e demonstrativo da compatibilidade destes com as premissas e objetivos da política econômica e de desenvolvimento social.
- c) O PPA deve ser apresentado ao Congresso até 8 meses do início da sessão Legislativa, do primeiro ano do mandato do titular do Executivo. Se houver previsão dele para os estados e municípios, estarão esses entes sujeitos às normas de suas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas.
- d) O PPA pode vir a ser alterado por lei similar, se for necessário, mas deve explicitar, desde o início de sua edição, os objetivos e metas intermediárias, declarando o embasamento da previsão com critérios e parâmetros tecnicamente bem definidos.



**Questão 37**

O Programa é o instrumento de organização da ação governamental de forma agregada, com vistas ao enfrentamento de um problema e à concretização dos objetivos pretendidos. É mensurado por indicadores e resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e de oportunidades.

A partir disso, faça a CORRETA associação dos itens a seguir:

- (A) Programa Finalístico.
  - (B) Programa de serviços ao Estado.
  - (C) Programa de Gestão de Políticas Públicas.
  - (D) Programa de Apoio Administrativo.
- ( ) Destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade de gestão de políticas em cada Órgão.
- ( ) Contempla os bens e serviços que devem ser ofertados diretamente à sociedade, e cuja demanda é essencial para a manutenção da ordem social.
- ( ) Compreende o conjunto dos bens e serviços ofertados diretamente ao próprio Estado, por instituições criadas para esse fim específico.
- ( ) Contempla as despesas de natureza tipicamente administrativas, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos outros programas, neles não foram passíveis de apropriação.

Assinale, então, a alternativa CORRETA.

- a) C-A-B-D.
- b) C-B-A-D.
- c) B-C-A-D.
- d) B-A-D-C.

**Questão 38**

As classificações orçamentárias de receitas e despesas são de fundamental importância para a transparência das operações constantes de um orçamento. Toda a informação orçamentária é organizada e veiculada segundo um tipo de classificação.

- a) A Classificação por Identificador de Uso é usada nos demonstrativos da despesa para indicar a espécie de recursos que a está financiando.
- b) A Classificação por Fonte de Recursos vem completar a informação concernente à aplicação dos recursos, especialmente para destacar a contrapartida nacional de empréstimos.
- c) Recursos Condicionados não são uma fonte de recursos da classificação orçamentária.
- d) Com relação à Classificação por Fonte de Recursos, o primeiro dígito do código determina o grupo de fonte de recursos e os dois dígitos seguintes, sua especificação.

**Questão 39**

Esse instrumento é uma novidade na elaboração orçamentária da União. Sua utilização, desde a fase de Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), permite uma apreciação correta da proposta orçamentária, evitando-se intervenções que resultem em redução involuntária do resultado primário.

O texto acima se refere ao:

- a) Identificador de Resultado Primário.
- b) Quociente de Superávit Primário.
- c) Teto de Gastos.
- d) Identificador de Déficit Orçamentário Primário.

**Questão 40**

A respeito dos créditos adicionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Créditos especiais se destinam ao reforço do orçamento de programas já existentes.
- b) É permitida a prorrogação de créditos suplementares.
- c) É obrigatória a indicação de recursos para abertura de créditos extraordinários.
- d) Créditos extraordinários independem de autorização legislativa.

**Questão 41**

O Art. 165 da Constituição Federal de 1988 diz que há necessidade de Lei Complementar para dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual. Na falta de norma, vigora o estabelecido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A respeito desse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias é devolvido para sanção presidencial até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- b) Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado anualmente pelo Presidente da República até quatro meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.
- c) Projeto da Lei do Plano Plurianual: encaminhado pelo Executivo Federal até oito meses antes do encerramento do primeiro ano do mandato e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- d) O projeto da Lei de Orçamento Anual será encaminhado pelo Presidente ao Congresso até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro.

**Questão 42**

A respeito da proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Deverá conter mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada, mas não da dívida flutuante.
- b) Conterá a prévia da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Conterá tabela explicativa com informações para fins de comparação, o que inclui a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
- d) Não conterá especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais.

**Questão 43**

Assinale a alternativa CORRETA a respeito das previsões plurienais, de acordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

- a) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por Lei Ordinária, abrangendo, no mínimo um triênio.
- b) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam.

- c) A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Plano Plurianual.
- d) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será anualmente reajustado acrescentando-se as previsões de mais dois anos, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

**Questão 44**

Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente. Serão admitidas emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

- a) Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- b) Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- c) Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- d) Alterar dotação para despesas de custeio devido à inexatidão da proposta.

**Questão 45**

Assinale a alternativa CORRETA a respeito do tema Exercício Financeiro.

- a) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não liquidadas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- b) Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
- c) Pertencem ao exercício financeiro as despesas legalmente fixadas.
- d) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício, mas quando a anulação ocorrer antes do encerramento deste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

**Questão 46**

Uma determinada entidade pública apresenta as seguintes informações em sua contabilidade:

- Patrimônio Líquido: R\$ 75.900,00.
- Total do Passivo: R\$ 41.700,00.
- Total do Ativo: R\$ 117.600,00.
- Passivo Permanente: R\$ 16.400,00.
- Passivo Financeiro: R\$ 25.400,00.
- Ativo Permanente: R\$ 85.000,00.
- Ativo Financeiro: R\$ 32.600,00.

Utilizando as informações acima, assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** o valor do resultado financeiro:

- a) R\$ 7.200,00.
- b) R\$ 75.800,00.
- c) R\$ 75.900,00.
- d) R\$ 32.600,00.

#### **Questão 47**

Determinada prefeitura de uma pequena cidade estava passando por complicações orçamentárias. Decidiu, então, vender um imóvel de sua propriedade. É possível afirmar que houve:

- a) Insubsistência passiva.
- b) Superveniência ativa independente de execução orçamentária.
- c) Variação patrimonial ativa resultante da execução orçamentária.
- d) Insubsistência ativa independente de execução orçamentária.

#### **Questão 48**

A Receita Pública assume, na Administração Pública, fundamental importância por estar envolvida em situações singulares, como a sua distribuição e destinação entre as esferas governamentais, o estabelecimento de limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, permite estudos e análises acerca da carga tributária suportada pelos diversos segmentos da sociedade.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Doações em dinheiro e operações de crédito para cobertura de insuficiência financeira são exemplos de receita orçamentária.
- b) A receita extraorçamentária, em regra, envolve a incorporação de bens imóveis ao patrimônio do ente receptor.
- c) A diferença entre a receita não efetiva e a efetiva está na efetivação orçamentária.

- d) De modo amplo, o termo receita pode ser definido como qualquer fenômeno que provoque aumento da situação líquida patrimonial.

#### **Questão 49**

Na elaboração do orçamento público a codificação econômica da receita orçamentária é composta de vários níveis. Assinale a alternativa que associa **CORRETAMENTE** o nível e sua descrição.

- a) 1º nível – Fonte.
- b) 2º nível – Rubrica.
- c) 2º nível – Subalínea.
- d) 1º nível – Categoria Econômica.

#### **Questão 50**

Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** aponta o subsistema em que se registram, com base na lei orçamentária, as estimativas da receita.

- a) Subsistema de planejamento.
- b) Subsistema orçamentário.
- c) Subsistema de compensação.
- d) Subsistema patrimonial.

#### **Questão 51**

Define-se Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Portanto, seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos.

Assinale a alternativa **CORRETA** com relação ao campo de aplicação da Contabilidade Pública.

- a) Uma empresa pública cujos recursos para pagamento de pessoal e outros custeios são oriundos do Orçamento Geral da União está obrigada a seguir as regras de contabilidade pública.
- b) As autarquias públicas, em razão da sua autonomia administrativa e financeira, podem deixar de aplicar as regras da contabilidade pública.
- c) Todos os bens e direitos públicos indistintamente são objeto de registro pela contabilidade pública.
- d) Qualquer ente pertencente à administração indireta poderá deixar de aplicar as regras de contabilidade pública.

#### **Questão 52**

Segundo as disposições legais a respeito da Contabilidade Pública, assinale a alternativa que

indica a base para avaliação dos bens de almoxarifado de um determinado órgão público.

- a) Valor justo.
- b) Valor presente.
- c) Preço médio ponderado das compras.
- d) Custo de aquisição.

**Questão 53**

A compensação previdenciária surge como consequência da previsão constitucional da contagem recíproca do tempo de contribuição e tem a finalidade de evitar que os regimes responsáveis pela concessão do benefício sejam prejudicados financeiramente por serem obrigados a aceitar, para efeito de concessão de benefício, o tempo de filiação a outro regime sem terem recebido as correspondentes contribuições. A partir disso, suponha que um determinado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) possui um direito no valor de R\$ 10.000,00 e obrigação no valor de R\$ 15.000,00 para com o INSS. Assinale a alternativa que indica a CORRETA contabilização dessa obrigação no sistema contábil do RPPS.

- a) D – Variação Passiva – Sistema Patrimonial 15.000,00  
C – Obrigação (Passivo) – Sistema Patrimonial 15.000,00.
- b) D – Direito (Ativo) – Sistema Patrimonial 10.000,00  
C – Variação Ativa – Sistema Patrimonial.
- c) D – Obrigação (Passivo) – Sistema Patrimonial 15.000,00  
C – Variação Ativa – Sistema Patrimonial 15.000,00.
- d) D – Variação Passiva – Sistema Patrimonial 10.000,00  
C – Obrigação (Passivo) – Sistema Patrimonial 10.000,00.

**Questão 54**

Quanto à afetação patrimonial, a despesa orçamentária pode ou não provocar variação na situação patrimonial líquida, razão pela qual pode ser classificada em:

- a) Contábil ou orçamentária.
- b) Efetiva ou não efetiva.
- c) Aumentativa ou diminutiva.
- d) Patrimonial ou orçamentária.

**Questão 55**

Julgue os itens a seguir.

- I- A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- II- O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.
- III- O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Assinale a alternativa que corretamente indica quais itens estão CORRETOS.

- a) I e III.      b) II e III.      c) I e II.      d) I, II e III.

**Questão 56**

Uma determinada autarquia emitiu nota de empenho com o objetivo de contabilizar a despesa com serviços gerais da entidade no ano X1. Por insuficiência de recursos financeiros, os serviços prestados referentes aos meses de novembro e dezembro do ano em questão não foram pagos no próprio exercício. Sob o aspecto orçamentário, de acordo com a Lei Federal no 4.320/1964, deve a entidade:

- a) Cancelar a despesa não paga no exercício X1 e emitir novo empenho no exercício de X2.
- b) Cancelar a despesa não paga no exercício de X1 e inscrever o valor em Restos a Pagar.
- c) Reconhecer a despesa no exercício de X1 e inscrever o valor não pago em Restos a Pagar.
- d) Estornar a despesa não paga no exercício de X1 e contabilizá-la no exercício em que for liquidada e paga.

**Questão 57**

Em setembro do ano X1, uma secretaria estadual anulou uma despesa empenhada em julho de X1 para aquisição de cadeiras plásticas para atendimento ao público, no valor de R\$ 5.000,00. Sabendo que a despesa não foi liquidada e que o fornecedor do

produto não entregará o pedido, o valor de R\$ 5.000,00 deverá ser:

- a) Considerado como receita de capital em X2.
- b) Considerado como receita corrente em X2.
- c) Revertido à dotação de despesas em X1.
- d) Considerado como receita de capital em X1.

**Questão 58**

A amortização de juros de dívida que a União Federal eventualmente tenha efetuado a alguma instituição financeira será classificada, em consonância com a Lei nº 4.320/64, como:

- a) Transferência corrente.
- b) Investimento.
- c) Despesa de custeio.
- d) Transferência de capital.

**Questão 59**

Determinado ente da federação auferir diversos tipos de receitas, com variadas fontes de recursos. Assinale a alternativa que indica apenas receitas derivadas.

- a) Royalties do petróleo e taxa pela ocupação de imóvel cedido a empresa particular.
- b) IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e taxa pela ocupação de imóvel cedido a particular.
- c) Dividendos oriundos de participação acionária e royalties do petróleo.
- d) IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e ITD (imposto sobre a transmissão causa mortis ou doação).

**Questão 60**

A conta que compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate, nos termos do Art. 105, § 4º, da Lei nº 4.320/1964, é o:

- a) Passivo permanente.
- b) Passivo financeiro.
- c) Ativo permanente.
- d) Ativo financeiro.

**Questão 61**

No dia 01/03/2021, um determinado órgão público adquiriu um bem móvel, para uso próprio, no valor de R\$ 69.000,00. No último dia do referido ano, considerando que a vida útil desse bem é de 5 anos e desconsiderando valores residuais, o valor da sua depreciação é:

- a) R\$ 13.800,00.

- b) R\$ 12.500,00.
- c) R\$ 11.000,00.
- d) R\$ 11.500,00.

**Questão 62**

O reconhecimento de passivos contingentes pela contabilidade gera lançamentos contábeis em contas de natureza:

- a) De controle, somente.
- b) Patrimonial, somente.
- c) Patrimonial e de controle.
- d) De controle e orçamentária.

**Questão 63**

Considere os dados a seguir extraídos das informações contábeis de um determinado ente federativo no ano de 2022.

- Receita Arrecadada: R\$ 4.000,00.
- Despesa Empenhada: R\$ 2.000,00.
- Despesa Liquidada: R\$ 1.180,00.
- Inscrição de Restos a Pagar referentes a 2022: R\$ 590,00.
- Recebimento de Depósito Caução: R\$ 14.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar: R\$ 20.000,00.

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o resultado financeiro de 2022.

- a) R\$ 35.410,00, positivo.
- b) R\$ 4.590,00, negativo
- c) R\$ 3.954,00, positivo.
- d) R\$ 3.410,00, negativo.

**Questão 64**

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais das entidades do setor público. Portanto, a contratação de operações de crédito é classificada como:

- a) Variação quantitativa diminutiva.
- b) Variação quantitativa aumentativa.
- c) Variação qualitativa.
- d) Variação mista.

**Questão 65**

Compõe o Balanço Orçamentário das entidades públicas todos os quadros abaixo, EXCETO:

- a) Quadro das Contas de Compensação.



- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar não processados.
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar processados.
- d) Quadro principal.

**Questão 66**

A avaliação da gestão pública permite identificar os aspectos menos desenvolvidos (pontos fracos) em relação ao modelo adotado, que devem ser considerados como oportunidades de melhoria da organização, ou seja, aspectos que devem ser, prioritariamente, objeto de ações de melhoria. Se realizada de forma sistemática, a avaliação da gestão institucional funciona como forma de aprendizado sobre a própria organização e como instrumento de internalização dos princípios, valores e práticas da gestão pela excelência. No que se refere a formas de execução da auditoria realizada a fim de se avaliar a gestão pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A execução de auditorias por entidades privadas é vedada.
- b) O sistema de controle interno do Poder Executivo federal poderá contar com o auxílio de uma instituição privada.
- c) A forma de auditoria simplificada é realizada por meio de uma empresa de auditoria externa.
- d) Para a realização de uma auditoria, é indispensável o deslocamento de uma equipe de trabalho para o órgão auditado.

**Questão 67**

Assinale a alternativa que contém os principais valores ou princípios da governança corporativa.

- a) Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Conformidade.
- b) Relevância, Verificabilidade, Tempestividade, Prestação de Contas e Conformidade.
- c) Fidedignidade, Relevância, Transparência e Equidade.
- d) Fidedignidade, Equidade, Transparência e Conformidade.

**Questão 68**

A respeito dos conceitos e orientações disponíveis na ISSAI 100, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As auditorias financeiras são trabalhos de relatório; as auditorias operacionais são trabalhos de certificação e as auditorias de conformidade são trabalhos de relatório direto.

- b) As auditorias financeiras são trabalhos de certificação; as auditorias operacionais são trabalhos de relatório e as auditorias de conformidade são sempre trabalhos de relatório direto.
- c) As auditorias financeiras são trabalhos de certificação; as auditorias operacionais são trabalhos de relatório e as auditorias de conformidade são sempre trabalhos de certificação.
- d) As auditorias financeiras são trabalhos de certificação; as auditorias operacionais são trabalhos de relatório e as auditorias de conformidade podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

**Questão 69**

A auditoria governamental destinada a verificar, dentre outras, a execução de contratos, convênios, acordos, ajustes e a probidade no uso dos recursos públicos é intitulada auditoria:

- a) Operacional.
- b) Especial.
- c) De avaliação de gestão.
- d) De acompanhamento de ativos.

**Questão 70**

A respeito dos conceitos e orientações disponíveis na ISSAI 300, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os usuários previstos são as pessoas para quem o auditor elabora o relatório de auditoria operacional. O poder legislativo, as agências governamentais e o público podem todos ser usuários previstos. Uma parte responsável pode também ser usuário previsto, mas, raramente, será o único.
- b) Na auditoria operacional, o auditor é, às vezes, envolvido no desenvolvimento ou na seleção dos critérios que são relevantes para a auditoria.
- c) Os auditores operacionais devem descrever especificamente a forma como seus achados levaram a um conjunto de conclusões e – quando aplicável – a uma única conclusão geral.
- d) A auditoria operacional pode seguir uma abordagem orientada a sistemas, que avalia se os objetivos de resultados ou de produtos foram atingidos como planejados ou se os programas e serviços estão funcionando como pretendido.